

Capitais vão exigir socorro do governo federal

Irritados com perdas de receita, prefeitos querem renegociar suas dívidas e podem recorrer à Justiça

KÁSSIA CALDEIRA
e MARIA INÊS NASSIF

A campanha eleitoral foi a lua-de-mel entre os candidatos a prefeito dos partidos aliados do presidente Fernando Henrique Cardoso e o governo federal. Na época, tudo o que precisavam era da bandeira de estabilização da moeda. Eleitos e passado um ano da posse, porém, seu relacionamento com o governo federal é de conflito. O divórcio pode ocorrer no ano que vem, inconvenientemente um ano eleitoral.

A queda-de-braço começou quando os prefeitos passaram a reclamar perdas com a prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), que diminuiu a cota dos municípios na partilha da receita tributária federal. E continuou com a Lei Kandir, que reduziu a arrecadação dos Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e Produtos Industrializados (IPI); com repasses constitucionais que estão sendo revistos e, por último, com o pacote fiscal. Na conta dos prejuízos, os prefeitos somam também um aumento substancial da dívida de seus municípios com a alta da taxa de juros.

"Estamos estudando as medidas do pacote e vamos recorrer ao Judiciário para derrubar o que for possível", conta o prefeito do Recife, Roberto Magalhães. "Não há negociação com o governo, que não nos atende nem em audiência", reclama o colega do Rio, Luiz Paulo Conde. "Há uma falta de consideração, não conseguimos nem marcar audiência com o presidente", acrescentou o de Curitiba, Cássio Taniguchi. "Sou pefelista, mas vou defender o interesse da minha cidade", anuncia o prefeito de Salvador, Antônio Imbassahy.

Os quatro, todos do PFL, teoricamente representam 7.278.780 eleitores, 7,2% do total do País. Como aliado têm o prefeito de São Paulo, Celso Pitta (PPB), cujo quebra-cabeça é administrar uma cidade falida, mas onde moram 6.765.407 eleitores, o maior colégio do País. O número fica ainda mais encorpado com a adesão do prefeito de Belo Horizonte, que tem 1.452.947 eleitores.

No dia 5, esses prefeitos reuniram-se em São Paulo a convite de Pitta. Juntos, representam 15% do colégio eleitoral do País — que, segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em junho do ano passado correpondia a 101.284.121 votantes. E mais: um deles sempre é decisivo na sucessão presidencial. Pelo menos foi o que ocorreu nas duas últimas eleições.

O pesquisador do Centro de Estu-

OS CAMPEÕES DE RECEITA NO BRASIL			
E os seus compromissos com operações de crédito			
Municípios	População	Receita total (em US\$ mil)	Operações de crédito (em US\$ mil)
São Paulo	9.811.766	6.702.915,7	1.926.206,1
Rio de Janeiro	5.533.011	2.734.105,9	334.949,9
Belo Horizonte	2.091.770	886.604,5	3.583,0
São Bernardo do Campo	658.791	529.833,1	0
Curitiba	1.465.698	489.617,7	6.470,7
Campinas	907.996	455.996,4	11.229,8
Porto Alegre	1.286.251	446.177,3	7.358,1
Fortaleza	1.967.365	420.703,7	0
Recife	1.342.877	410.345,3	16.432,7
Guarulhos		387.777,7	0
Salvador		376.093,5	0

(*) Valores de 1995 deflacionados
Fontes: Secretaria do Tesouro Nacional — 1995

Cálculos Ibm — Banco de Dados Municipais
Censo do IBGE — 1996

ArEstado

dos de Cultura Contemporânea (Cedec) e professor da Unicamp Valéria Costa, no entanto, acredita que a capacidade política de cada prefeito de capital até existe, mas a situação financeira dos municípios pode reduzir sua força política em 1998. "Eles vão ser atores na eleição, mas não decidirão o cenário político", avalia. "Eles são heterogêneos politicamente e fracos economicamente."

A união dos prefeitos, para Costa, é apenas circunstancial. "Eles normalmente brigam entre si e não têm densidade de atuação e formação orgânica", diz. "Além disso, hoje perderam com o fato de a União ter retomado a força condutora", observa. "Os prefeitos são os pedintes do Estado brasileiro, mais vítimas do que condutores."

Mas são esses prefeitos que esperam pressionar Fernando Henrique e obter a rolagem de suas dívidas, nos moldes que o governo tem negociado com os Estados. Para conseguir apoio, eles tentam marcar audiência com o presidente antes de março, quando se reunirão no Recife.

Pacote — "Herdei uma dívida fundada de R\$ 250 milhões e paguei R\$ 61 milhões ao longo de 1997, mas o pacote elevou tanto os juros que parece que não paguei nada", queixou-se Magalhães. "O pior é que o governo federal não quer saber de nós", acrescentou. "Eles estão subestimando a importância dos municípios." Na sexta-feira, porém, ele já tinha baixado o tom e dizia que a divergência com o governo era "institucional". "Não somos crianças, somos muito maduros

para condicionar o apoio político ao atendimento de reivindicações."

Imbassahy lamenta que os efeitos do pacote atinjam as prefeituras. "Quando reunimos os prefeitos das dez maiores regiões metropolitanas, representamos cerca de 30 milhões de pessoas." Ele diz que recebeu o saldo de uma dívida de R\$ 1,2 bilhão, sendo R\$ 550 milhões de dívida fundada. "Pagamos R\$ 40 milhões de juros este ano, equivalente à arrecadação de um mês", contou. "Se não tivéssemos a ajuda do governo do Estado, do nosso partido, Salvador teria mais problemas."

MAGALHÃES:
"SUBESTIMAM A
IMPORTÂNCIA
DAS CIDADES"

"Vamos tentar outra vez estabelecer um diálogo com o governo ou partiremos para a luta judicial e política", diz Conde. "Podemos ser uma carga política forte em 1998 e

nossa posição é suprapartidária, lutamos contra a volta do centralismo", explica. "O governo deu para o Estado de São Paulo o mesmo dinheiro que o FMI emprestou à Coreia." O prefeito do Rio reclama ainda dos juros. "E quando chegamos no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) somos humilhados", conta. "Quero empréstimo porque tenho uma dívida de R\$ 1,6 bilhão e nossa arrecadação mais receitas correntes foi de R\$ 2,4 bilhões, então acho que temos direito."

Taniguchi acha justo pleitear uma situação melhor. "Entendo que deva existir uma coligação para a reeleição, mas não dá para ter prefeitos de capital descontentes", avalia. "Há falta de consideração conosco apesar de termos no cargo uma moeda de troca mais forte do que o governo

pensa", diz. "O governo federal deve lembrar-se que os maiores comícios eleitorais ocorrem nas capitais, onde o paternalismo político não funciona." Embora não viva a mesma situação de penúria dos demais, ele quer o governo federal "trabalhando de braços dados com os prefeitos".

A prefeitura de Curitiba quitou em 1997 uma dívida de curtíssimo prazo de R\$ 40 milhões e está em dia com o pagamento das parcelas de antecipação de receita orçamentária de R\$ 50 milhões, feita no início do ano. A dívida de longo prazo, de R\$ 90 milhões, é de empréstimos externos que vencem em 2015. Embora sem problemas maiores, o crescimento demográfico de Curitiba está caindo, o que vai reduzir sua cota no Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Temor tributário — O prefeito de Goiânia, Nion Albernaz (PSDB), tem posição um pouco diferente. Albernaz considera a prorrogação do FEF como um mal necessário, quase uma parcela do sacrifício das cidades para manter a estabilidade monetária. O temor do prefeito, todavia, é o de que, no futuro, a reforma tributária consolide uma tendência de reconcentração de renda nas mãos do governo federal — uma constante no período de governos militares. A Constituição de 1988 aumentou a participação dos municípios na receita tributária e reduziu a parte da União.

Na avaliação de Albernaz, se hoje o governo federal acumula déficits é porque ele próprio não se adequou à nova realidade federativa instituída pela Constituição. "A tendência que percebo é a de retorno ao passado de distribuição de recursos tributários", aponta. "Minguam os recursos do FPM e voltam os famosos fundos perdidos de uso político." Mesmo engolindo o FEF, ele promete não apenas participar, mas organizar, um movimento de prefeitos para evitar a desmunicipalização das receitas.

Célio de Castro, um dos que mais se mobilizou contra a prorrogação do FEF, tem nas finanças de Belo Horizonte a justificativa para sua resistência à redução de receita. Ele está endossando títulos para fornecedores, empreiteiros e prestadores de serviço, seus credores, descontarem nas instituições financeiras. A operação foi montada para a prefeitura poder pagar este ano R\$ 30 milhões de juros da dívida fundada e ainda comemorar o Centenário da Capital, sexta-feira. "O pior é que em 1998 vamos pagar o dobro, R\$ 70 milhões."

No futuro, avalia, a situação será pior ainda, pois os municípios, em aperto financeiro, vão ser obrigados a fazer frente a demandas sociais cada vez maiores, decorrentes do quadro recessivo. "Precisamos de uma mobilização contra o pacote e as diretrizes da política fiscal tributária."